

AS PROPRIEDADES LINGÜÍSTICAS DO PARADOXO: PARADOXO E NEGAÇÃO

Marion Carel e Oswald Ducrot

E.H.E.S.S.

RESUMO: Pela análise da negação de palavras e encadeamentos paradoxais (tais como definidos no artigo precedente), Carel e Ducrot mostram, neste artigo, a especificidade dos discursos paradoxais. Em um primeiro momento, são introduzidas as noções de conversão e oposição, a de palavras paradoxais discursivas, e a de negação paradoxicida. Em um segundo momento, são discutidas as propriedades formais da negação e realizados testes transformacionais com os conectivos *se* e *mesmo se* em encadeamentos interrogativos, confrontando a relação entre interrogação e negação de encadeamentos paradoxais. São analisados, ainda, encadeamentos complexos com as expressões com certeza e apesar de.

ABSTRACT: Through the analysis of the negative of paradoxal words and enchainments, (such as defined in the preceding article), Carel and Ducrot show in this article the specificity of paradoxal discourses. Firstly, the notions of conversion and opposition, as well as those of discursive paradoxal words and paradoxicide negation are introduced. Secondly, the formal properties of negation are discussed and transformational tests with connectives *if* and *even if* in interrogative enchainments are held. Complex enchainments with the expressions *surely* and *in spite of* are also analysed.

O PRESENTE artigo pressupõe o precedente (O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa). Ele se situa no seu quadro teórico (a “Semântica dos blocos argumentativos”), e utiliza a noção técnica de paradoxo construída na seção 3. São “paradoxais” um encadeamento de enunciados, um enunciado ou uma palavra que realizam, “de maneira interna”, um aspecto argumentativo “A ENTÃO” (resp. “NO ENTANTO”) *B*, quando a significação “estrutural” externa de *A* não comporta este aspecto e, além disso, comporta o aspecto “A NO ENTANTO” (resp. “ENTÃO”) *B*. (Falar da “significação de *A*” é, na verdade, um abuso de linguagem. Pelo rigor, nós deveríamos dizer “a significação do primeiro segmento dos encadeamentos que realizam o aspecto “A ENTÃO” (ou “NO ENTANTO”) *B*”). No fundo, igualmente, os dois artigos estão ligados.

Nossa definição do paradoxo supõe que se admita a idéia de uma argumentação estruturalmente ligada a certas expressões da língua. Notadamente, para que “A ENTÃO B” seja paradoxal, é preciso que A tenha uma vocação particular para entrar nas seqüências do tipo “A NO ENTANTO B” e “A ENTÃO NÃO-B”, e não nas do tipo “A ENTÃO B”. Mas o que significa esta vocação? Ela não significa, evidentemente, que “A ENTÃO B” é impossível, já que os paradoxais existem e que, para nossa infelicidade, nós os encontramos. Ela significa que as seqüências que pertencem ao aspecto paradoxal “A ENTÃO B” têm propriedades lingüísticas próprias, que permitem distingui-las das seqüências doxais em ENTÃO das quais o primeiro segmento é A. É o que mostrará um estudo da negação que tem, para nossa felicidade, efeitos específicos quando se aplica às expressões que chamamos “paradoxais”. (Como no artigo precedente, abreviaremos NO ENTANTO e ENTÃO como NE e ET).

1. Negação das palavras paradoxais

No artigo que precede, nós chamamos de “palavra paradoxal” uma entidade lexical cuja argumentação interna compreende, de maneira estrutural, um conjunto de encadeamentos paradoxais (na nossa terminologia, um aspecto paradoxal) – nossos exemplos eram *masoquista* (que evoca *ele sofre, então ele está contente*) ou *destemido* (que evoca *há perigo, então ele o faz*). Nós os opúnhamos às palavras “doxais”, cuja argumentação interna é doxal (assim, *prudente* evoca *se há perigo, ele toma precauções*).

Para reforçar esta oposição, nós mostraremos que os dois tipos de palavras têm um comportamento diferente quando são objeto de uma negação. Quando um doxal é negado, o sintagma obtido tem por argumentação interna a conversa daquela da palavra inicial. (N.B. A ‘conversa’ de um encadeamento *a con b é a con’ não-b*, onde *con’* é do tipo NE se *con* é do tipo ET, e do tipo ET se *con* é do tipo NE: para obter a conversa, se substitui, assim, um dos conectivos pelo outro, e se nega o segundo segmento.) Ao aplicar esta regra, prevê-se que *Paul não foi prudente* ou *Paul foi imprudente* têm na sua argumentação interna a conversa de “perigo ET precaução”: diz-se de Paul que ele não tomou precauções “ainda que” tenha havido perigo. A mesma coisa para as palavras

doxais em NE. Se se concorda conosco em que a indulgência consiste em não punir “ainda que” tenha havido erro (“erro NE NÃO-punição”), deve-se admitir que não ser indulgente (=ser severo) é punir desde que haja erro (“erro ET punição”).

Vê-se, facilmente, que a regra não se aplica às palavras que nós etiquetamos de “paradoxais”. Assim, dizer que não se é destemido é explicar que não se fará tal ou tal coisa “porque” ou “se” ela é perigosa. A argumentação interna da expressão negativa é, então, do tipo “perigo ET NÃO-fazer”: o conectivo (ET) foi, assim, mantido; o segundo segmento sendo negado. A argumentação interna obtida não é mais a conversa, mas o que chamaremos de a ‘oposta’ da argumentação inicial. Verificar-se-á, da mesma forma, que pretender não ser masoquista é sustentar que não se gosta de sofrer, que se fica triste “se” se sofre. Esta passagem à oposta, como se observará, faz sair do paradoxo e entrar na doxa: nós a diremos ‘paradoxicida’.

Não é impossível, entretanto, obter também, para as palavras paradoxais em ET, uma negação que siga a regra “comum” e conserve, assim, seu caráter paradoxal. Mas se trata de uma forma de negação “sintaticamente” pouco “canônica”, aquela que utiliza prefixos como *pseudo* ou *falso*. Observar-se-á que esta prefixação, quando incide sobre um paradoxal em ET como *destemido* (“perigo ET fazer”), constrói a sua conversa (“perigo NE NÃO-fazer”), igualmente paradoxal. Um pseudodestemido é alguém que ao evitar se expor ao perigo, pretende, com o seu recuo, transgredir o seu próprio desejo de se expor a ele. Pode-se, então, admitir que os paradoxais em ET são negados de duas maneiras, mas por meio de instrumentos negativos diferentes.

E as palavras paradoxais em NE? O artigo precedente só pode assinalar uma delas, *valentão*, nas acepções em que se aproxima de *pseudo-destemido*. Pode-se considerar como tipos de palavras os sintagmas formados com *pseudo-* ou *falso*, o que leva a etiquetar *pseudo-destemido* como uma palavra paradoxal em NE. Observar-se-á, então, que a sua negação *não é um pseudo-destemido*, segue a regra das doxais: sua argumentação interna comporta o aspecto converso “perigo ET fazer”, e permanece no bloco do qual deriva a expressão negada (trata-se de um bloco paradoxal). O comportamento diferente das “palavras” paradoxais em ET e em NE pode ser ligado a uma regra geral que enunciaremos quando estudarmos a negação dos “encadeamentos” paradoxais.

Podem-se aproximar palavras paradoxais contidas na língua, as que são fabricadas no discurso, por meio de definições: nós as chamaremos de ‘palavras paradoxais discursivas’. Nós tínhamos, no artigo precedente (§3.3), citado uma psicóloga que dizia do adulto: *Ele faz mesmo o que seus pais o aconselham*. Pode-se transformar esta citação de modo a apresentá-la como uma definição do adulto: Para mim, um adulto é alguém que faz mesmo o que seus pais o aconselham. A palavra *adulto* é, assim, “no discurso da psicóloga”, redefinida, e se vê atribuir uma argumentação interna paradoxal em NE, “aconselhado NE feito”. Imaginemos, agora, que um interlocutor teime e replique: muito bem, eu me recuso a ser um adulto. Esta recusa pode ser interpretada como uma negação incidindo sobre o predicado *adulto*, tal como a psicóloga o constrói (aliás, ele poderia ser posto entre aspas ou precedido de *o que vocês chamam de...*). Esta negação conserva o caráter paradoxal da definição proposta e se contenta em construir a sua conversa em ET: *se meus pais me aconselham algo, eu não o farei*. Podem-se, em abundância, fabricar definições paradoxais em NE; por exemplo, *ser generoso é fazer bem mesmo a seus amigos*, que constrói, no discurso, uma palavra – *generoso*, cuja argumentação interna comportaria o aspecto paradoxal “amigo NE bem tratado”. Afé, ainda, a negação produz a conversa: ao dizer de Paul que ele não é, neste sentido, nada generoso, deixa-se entender que é suficiente ser um dos seus amigos para ter do que reclamar dele; está-se, então, no aspecto “*amigo ET NÃO-bem tratado*”. Assim, quando uma palavra paradoxal discursiva tem uma argumentação interna em NE, sua negação produz a conversa desta argumentação. Este comportamento é análogo aos paradoxais de língua em NE.

Passemos, enfim, às definições paradoxais discursivas em ET. Suponhamos que um anarquista, ou um adversário do anarquismo, coloque esta definição: *ser anarquista é fazer as coisas porque elas são proibidas*, na qual se reconhece o aspecto paradoxal *proibido ET feito* (é paradoxal, porque não se pode dar um sentido à palavra *proibição* sem atribuir a ela o aspecto estrutural externo *proibido NE feito*: o que seria uma proibição senão uma razão para não fazer, se fazer o que é proibido não fosse uma transgressão?) Quando, “fazendo alusão a esta definição”, diz-se de alguém que ele não é anarquista, se quer dizer que ele se abstém de fazer o que é proibido. Em outros termos, se se lhe aplica o aspecto doxal “proibido ET NÃO-feito”, “oposto” ao aspecto introduzido pelo

interlocutor. Mas se a negação é feita por meio de *pseudo-*, ela pode ser interpretada por “proibido NE feito”, desta vez “conversa” ao aspecto introduzido na definição. Ao dizer que Corne d’Auroch (na canção de Georges Brassens) é um pseudo-anarquista, se lhe pode querer emprestar um discurso em que ele daria seus comportamentos conformistas como as transgressões de um anarquista fundamental. Quando sua argumentação interna é em ET, as palavras paradoxais do discurso, como as da língua, produzem, então, na negação, seja a oposta, seja a conversa. É sua negação sintática “canônica” (em *não* (*ne...pas*)), como se notará, que produz a oposta e as distingue das palavras doxais. Um quadro resumirá os efeitos diferentes da negação sobre as palavras:

doxais (em ET ou em NE) • conversa
paradoxais discursivas ou de língua em ET • oposta ou conversa
(segundo se trate de uma negação “canônica” ou por *pseudo-*)
paradoxais discursivas ou de língua em NE • conversa

Dado que estes comportamentos em face da negação concernem à argumentação interna das palavras, quer dizer, a um conjunto de encadeamentos, é preciso agora, para interpretar estes fenômenos, esboçar um estudo mais geral da negação dos encadeamentos.

2. Negação dos encadeamentos paradoxais

2.1 A negação de um encadeamento: definição intuitiva

Vimos que a negação tem, sobre as palavras paradoxais em ET (como *destemido*), um efeito diferente do que tem sobre as palavras doxais (como *prudente*, *corajoso*, *covarde*). Fazendo isso, não ficamos embaraçados com o fluxo da noção de negação pois, no caso de uma palavra, geralmente se admite que a sua negação se obtém fazendo incidir sobre ela operadores gramaticais (como *não*, *pouco*, *mal* (*à peine*), ou eventualmente *pseudo-*). Agora, nós gostaríamos de estudar o efeito da negação sobre os encadeamentos de proposições sintáticas (em ET ou em NE). O problema é obscurecido pelo fato de que não há, desta vez, acordo sobre uma noção geral de negação que pudesse se aplicar a tais entidades e permitisse decidir se tal encadeamento é ou não negação de tal outro. Notadamente, o critério dos operadores negativos não pode, evidentemente, ser aplicado, pois há múltiplas maneiras de introduzi-los no interior de um encadeamento. É

preciso, então, construir nossa própria noção de negação, procurando, certamente, que ela tenha alguma relação intuitiva com o que entendemos comumente por esse termo.

Colocaremos que um encadeamento B é a negação de um encadeamento A se se pode responder *Não!* ou *É falso* a alguém que disse A, e acrescentar em seguida B, apresentando-o como uma simples explicitação do *Não!* ou do *É falso*. Tem-se, então, um diálogo do tipo: A – *Não!* B. Ao estipular que B deve ser visto como simples explicitação do *Não!*, excluem-se, por exemplo, os casos em que B dá a razão que impede de admitir A, e poderia, então, ser introduzido por *pois*. Excluem-se, também, os casos em que B é obrigatoriamente precedido por uma expressão como *pelo contrário* (que indica que B é o extremo oposto de A), ou como *justamente*, *precisamente*, necessárias quando a relação entre A e B é aquela descrita como “inversão argumentativa” em Ducrot et al. (1982) (*Você deve amar o Paul, pois ele é um dos seus primos – Não; justamente, é por isso que eu não gosto dele*). Esta caracterização da negação dos encadeamentos leva, assim, a admitir uma tal relação entre *Se houver perigo, Paul não vai fazê-lo* e *Mesmo se houver perigo, Paul vai fazê-lo*. O segundo encadeamento pode estar imediatamente ao lado de um *Não!* respondido ao primeiro, e aparecer como um tipo de paráfrase deste. Em compensação, *Se houver perigo, Paul não vai fazê-lo* não é negado, no nosso sentido, por *Se há perigo, Paul vai fazê-lo*, pois o segundo é difícil de considerar como explicitação de um *Não!* oposto ao primeiro. Se enunciado em seguida a este *Não!*, ele deverá ser introduzido por um conectivo como *pelo contrário*, ou *justamente*, indicando qual relação particular ele tem com esse *Não!*. É esta noção de negação dos encadeamentos (arbitrária, certamente, mas que nos parece ter um certo conteúdo intuitivo), que nós vamos agora caracterizar por propriedades formais, permitindo distinguir encadeamentos doxais e paradoxais.

2.2 Propriedades formais

Quando um encadeamento é doxal, sua negação, no sentido que acaba de ser precisado, é equivalente à sua conversa (mais tecnicamente, uma e outra têm a mesma argumentação interna). Encontra-se, então, a mesma regra que para a negação das palavras doxais. Para retomar um exemplo dado mais acima, a seqüência *Se houver perigo, Paul não vai fazê-lo* (que pertence ao aspecto normativo “perigo ET NÃO-fazer”) tem por negação *Mesmo se houver perigo, Paul vai fazê-lo* (que realiza o aspecto

transgressivo do mesmo bloco: “perigo NE fazer”). O leitor verificará que, de maneira recíproca, um transgressivo *mesmo se a, b* tem por negação sua conversa *se a, não-b*.

(N.B. Tomamos como exemplos somente encadeamentos subordinados – com *se* ou *mesmo se*. Quando os encadeamentos derivam da coordenação, as regras da negação são mais difíceis de colocar em evidência. À medida que *a então b* e *a no entanto B* contêm uma afirmação de *a*, uma resposta negativa pode não dizer respeito à conexão em si, mas colocar em dúvida esta afirmação. Ora, o que nos importa aqui são somente as conexões.)

Podemos, agora, procurar regularidades para os encadeamentos paradoxais. Uma primeira é que os encadeamentos paradoxais em ET são suscetíveis, como as palavras paradoxais em ET, de duas negações diferentes: uma mantém o paradoxo; outra o elimina. Assim, há duas maneiras de negar *Se houver perigo, Paul vai fazê-lo* (elemento do aspecto paradoxal “perigo ET fazer”). Pode-se tomar a conversa *Mesmo se houver perigo, Paul não vai fazê-lo*, assinalando que Paul é capaz de transgredir seu próprio caráter destemido: há coisas que ele não faz, apesar do seu perigo. Mas, nesta própria transgressão, o perigo fica associado ao desejo, fica visto como objeto de desejo – o que mantém o discurso no interior do mesmo bloco paradoxal, como quando se nega a palavra *destemido* com o prefixo *pseudo-*. Mas uma outra negação é também possível, análoga desta vez à negação “canônica” de *destemido*. Ela produz *Se houver perigo, Paul não vai fazê-lo*, elemento do aspecto doxal “perigo ET NÃO-fazer” (geralmente, nesse caso, se insiste sobre a palavra *perigo*, “realizando-a”, no sentido de Ducrot (1995), ao falar de um perigo *grande* ou *muito grande*). Esta negação paradoxicida reintegra na doxa o discurso sobre Paul – Paul se aproxima do homem comum.

É importante notar que os encadeamentos paradoxais em NE, como as palavras paradoxais em NE, não têm esta dupla possibilidade. Seja:

(1) Mesmo se houver perigo, Paul não vai fazê-lo.

A negação de (1) segue sempre a regra “comum” e dá *Se houver perigo, Paul vai fazê-lo*, conversa do encadeamento negado: o paradoxo é conservado. Contrariamente ao que pode, nós vimos, se passar com ET, a negação, com os paradoxais em NE, não é jamais paradoxicida, ela não poderia conservar o NE e inverter somente o segundo segmento. Assim, a negação de (1) não pode ser: *Mesmo se houver perigo, ele vai fazê-lo*. Certamente, este encadeamento é possível, mas não concebemos um diálogo em que se responde a (1): *É falso. Mesmo se houver perigo, ele*

vai fazê-lo. Para ilustrar ainda esta limitação, suporemos que a psicóloga já tomada como exemplo diga a um de seus pacientes: *Faça isso mesmo se os seus pais lhe aconselharem*. Não se prevê uma réplica como: *Mesmo se eles me aconselharem, eu não vou fazê-lo* (réplica que sairia do quadro paradoxal pressuposto pela psicóloga). Em compensação, ela poderia receber a resposta *Não! Já que eles me aconselham, eu me recuso a fazê-lo*, resposta que se mantém no paradoxo.

Estas regras relativas à negação serão resumidas dizendo-se que o quadro¹ (na nossa terminologia, o bloco) paradoxal é mais estável quando é apresentado sob forma transgressiva que sob forma normativa – e isto ao mesmo tempo no nível dos encadeamentos e no das palavras. Um ET paradoxal pode ser negado não somente de maneira paradoxal, mas também por retorno a um ET doxal. Já o NE paradoxal não se deixa negar senão por um ET igualmente paradoxal, e parece, assim, impor à sua negação a manutenção no paradoxo. Estes comportamentos diferentes nos parecem justificar ter distinguido, em um mesmo bloco (seja ele paradoxal ou não), os dois aspectos conversos, normativo e transgressivo, e ter introduzido o paradoxo em cada um destes aspectos. Além disso, o paralelismo entre negação dos encadeamentos e negação das palavras justifica a semântica argumentativa por introduzir os encadeamentos no sentido das palavras. Nós reconhecemos, certamente, que a negação dos encadeamentos não entra no domínio de observação comumente aceito em lingüística. Talvez as próximas seções, que utilizam os resultados precedentes para tratar das observações mais canônicas, permitirão responder a esta objeção.

3. *Se, mesmo se e a interrogação*

Ao estudar a negação dos encadeamentos paradoxais, nós reconhecemos, para um paradoxal *a ET b*, duas negações possíveis. Uma segue a regra “habitual” e constrói a conversa *a NE não-b*, que mantém no paradoxo. A outra, dita paradoxicida, leva à doxa ao construir *a ET não-b*. Esta observação explica, nós acreditamos, um fenômeno irritante, assinalado, por exemplo, em Ducrot (1980: 47-8). Uma interrogativa *Se a, B?* pode ter uma interpretação equivalente àquela de *Mesmo se a, b?* Assim, para (2) e (3):

(2) *Paul vai pegar o carro se a estrada estiver ruim?*

(3) *Paul vai pegar o carro mesmo se a estrada estiver ruim?*

O interessante é que as duas afirmações correspondentes (*Paul vai pegar o carro se a estrada estiver ruim* e *Paul vai pegar o carro mesmo se a estrada estiver ruim*) são sempre interpretadas de maneira diferente – salvo, talvez, em um diálogo em que elas responderiam à pergunta (3).

Nós nos apoiamos na análise geral da interrogação dada por Anscombe e Ducrot (1983: cap. 5, § 3.2). Esta análise coloca que um enunciado interrogativo *X?* veicula, entre outros, os dois elementos semânticos seguintes. De uma parte, um ato ilocutório pedindo que o interlocutor diga se admite *X*; de outra parte, uma colocação de *X* em dúvida, quer dizer, em um sentido bem largo da palavra “negação”, uma negação de *X* (Guillaume havia notado este valor negativo da interrogação). No que concerne ao ato interrogativo cumprido por (2) e (3), admitiremos (sem que isso importe para o que segue) que, nos dois casos, pede-se ao interlocutor que admita provisoriamente *a* (*a estrada estiver ruim*), e de se pronunciar, neste quadro, sobre a validade de *b* (*Paul vai pegar o carro*). (N.B. É evidente que, para nós, os *a* e *b* que intervêm aqui devem ser lidos um através do outro).

É preciso explicar agora que a negação, constitutiva, nós o dissemos, de toda interrogação, pode ter o mesmo valor em (2) e em (3), ainda que o *X* negado seja em um caso *Se a, b*, e, em outro, *Mesmo se a, b*. A chave do problema reside na observação de que o fenômeno estudado aparece somente quando a expressão *Se a, b*, que não é “enunciada” nem em (2) nem em (3), constituiria, “se fosse enunciada”, um paradoxo. Nos nossos exemplos, *Se a, b* seria *Se a estrada estiver ruim, Paul vai pegar o carro*. Ora, o aspecto “estrada ruim ET carro” corresponde à nossa definição do paradoxo, já que se tem, na argumentação externa lexicalizada em *estrada ruim*, o aspecto “estrada ruim NE carro” (uma estrada ruim é uma estrada desfavorável à circulação). Além disso, o fenômeno que queremos explicar não se produz quando *Se a, b* não é paradoxal; se é, por exemplo, *Se a estrada estiver boa, Paul vai pegar o carro*. Não há relação de paráfrase entre *Paul vai pegar o carro se a estrada estiver boa?* e *Paul vai pegar o carro mesmo se a estrada estiver boa?* (Mais exatamente, só se podem colocar estes enunciados em equivalência se se dá por paradoxal o fato de que Paul circula em uma estrada boa, o que suporia que, entre os discursos ligados ao nome próprio *Paul*, há alguns que fazem de Paul um motorista seja suicida, seja interessado somente em provar sua virtuosidade em estradas difíceis). Feita esta observação,

nosso estudo da negação dos paradoxos prevê uma leitura comum para (2) (a interrogativa em *se*) e (3) (a interrogativa em *mesmo se*). Prevemos, com efeito, que o operador negativo contido em (2), e que incide sobre o paradoxal *Se a, b*, realização de um aspecto paradoxal “A ET B”, pode ter dois efeitos semânticos:

a) Ele pode seguir a regra “habitual” da negação, e produzir o aspecto (2a) “A NE NÃO-B” (*Mesmo se a estrada estiver ruim, ele não vai pegar o carro*). Se é mantido, então, no paradoxo, e o *mesmo se* é o de um fanático por estradas perigosas.

b) O operador negativo de (2) pode também produzir uma negação paradoxicida da asserção *Se a estrada estiver ruim, ele vai pegar o carro*. Ele leva, então, ao discurso do homem comum, e ao aspecto (2b) “A ET NÃO-B” (realizado, por exemplo, por *Se a estrada estiver ruim, ele não vai pegar o carro*).

É este aspecto (2b) que aproxima os dois enunciados interrogativos (2) e (3). Com efeito, (3) deve, segundo Anscombe e Ducrot, conter uma negação do seu correspondente assertivo *Mesmo se a estrada estiver ruim, Paul vai pegar o carro* (“A NE B”). Ora, esta asserção não tem nada de paradoxal, e permite, então, um só tipo de negação, que faz passar a “A ET NÃO-B”, quer dizer, ao aspecto (2b), do qual derivam igualmente, como vimos, certas leituras de (2). Nada de surpreendente, então, em que as interrogações que incidem sobre *se* e *mesmo se* possam receber interpretações semânticas equivalentes, ainda que as asserções sobre as quais incidem estas interrogações não sejam jamais equivalentes.

Para completar nossa explicação, é preciso ainda considerar o caso em que *Se a, b* não é paradoxal. Tomemos sempre por *b* o enunciado *Paul vai pegar o carro*, mas tomemos agora por *a* o enunciado *a estrada estiver boa* – supondo não paradoxal, visto o que se sabe de Paul, que ele dirija em estradas boas. Por que não se observa, então, nenhuma leitura comum para *Se a, b?* e para *Mesmo se a, b?*:

(4) *Paul vai pegar o carro se a estrada estiver boa?*

(5) *Paul vai pegar o carro mesmo se a estrada estiver boa?*

Resposta: o elemento negativo veiculado por (4) vem da negação de um enunciado doxal pertencente a um aspecto “A ET B”. Ela segue, então, a regra “habitual” e produz o outro aspecto doxal, “A NE NÃO-B” (*Paul não vai pegar o carro mesmo se a estrada estiver boa*). Quanto a (5), seu elemento semântico negativo vem da negação de um *mesmo se a, b*, que pertence ao aspecto paradoxal “A NE B”. Mais concretamente, trata-

se de negar *Paul vai pegar o carro mesmo se a estrada estiver boa*. Ora, a negação dos encadeamentos paradoxais em NE, contrariamente ao que se passa com aqueles em ET, segue sempre (cf. seção 2) a regra “habitual”: ela produz a conversa destes enunciados, que persiste no paradoxo. A negação de *Mesmo se a estrada estiver boa, Paul vai pegar o carro* deve, então, ser *Se a estrada estiver boa, ele não vai pegá-lo*: está aí o elemento negativo veiculado por (5) (enunciado interrogativo em *mesmo se*). Este elemento, paradoxal, é, então, sem relação com o elemento doxal que prevemos para (4), e se compreende que (4) e (5) não sejam jamais paráfrases um do outro – enquanto (2) e (3), como observamos e calculamos, podem sê-lo.

4. Encadeamentos complexos

Nós nos propomos agora a explicar um outro fenômeno que, como o precedente, nos parece difícil de compreender se não se distinguem, do ponto de vista da negação, os encadeamentos paradoxais dos encadeamentos doxais. Sejam os dois discursos:

(a) *Havia perigo; então Paul, que é prudente, com certeza tomou precauções*

(b) *Havia perigo; então Paul, que é destemido, com certeza o fez.*

Façamos de início com que passem pela seguinte transformação formal, em duas etapas:

1) trocar *então* por *no entanto* e introduzir a negação *não* (*ne...pas*), fazendo-a incidir sobre o último predicado;

2) eliminar *com certeza* e substituir a relativa *que é P* pelo inciso *apesar de seu caráter P*.

Obtêm-se, então, as duas seqüências (a') e (b'):

(a') *havia perigo; no entanto Paul, apesar do seu caráter prudente, não tomou precauções*

(b') *havia perigo; no entanto Paul, apesar do seu caráter destemido, não o fez.*

Todas as duas são discursos: diremos que (a) e (b) se transformam em (a') e (b'). Façamos, agora, com que (a) e (b) passem por uma nova transformação formal:

1) introduzir *muito* no primeiro segmento e a negação *não* (*ne... pas*) no segundo – fazendo-a incidir sobre o último predicado;

Obtêm-se, desta vez, as seqüências (a'') e (b''):

*(a'') *havia muito perigo; então Paul, apesar do seu caráter prudente, não tomou precauções*

(b'') *havia muito perigo; então Paul, apesar do seu caráter destemido, não o fez.*

Desta vez, somente (b'') é um discurso. Esta dissimetria entre os resultados da primeira transformação e os da segunda se explica, como se verá, a partir do fato de que os encadeamentos paradoxais em ET não são negados da mesma maneira que os doxais.

Comecemos por analisar (a) – a análise de (b) será paralela. Ele contém dois marcadores argumentativos, a palavra *então* e a expressão *com certeza*, as quais introduzem o que informalmente se poderia chamar de “explicações”. Entretanto, não daremos a estes empregos² de *então* e *com certeza* exatamente o mesmo papel. A ocorrência de *então* em (a) liga os grupos de palavras *perigo* e *tomar precauções*. Como a ocorrência de *então* em (a1):

(a1) *Havia perigo; então Paul tomou precauções*

ela marca que *perigo* e *tomar precauções* têm uma argumentação externa normativa comum – a saber, a família de discursos “perigo ET precaução”. Diremos que (a) contém (a1). Qual é, agora, o papel de *com certeza* e qual é, em primeiro lugar, sua incidência? De uma parte, ele incide sobre a relativa (a2):

(a2) *Paul é prudente.*

De outra parte, ele a liga a *tomou precauções*, ou mais ainda à ocorrência deste predicado em (a). Ora, o que Paul fez não é uma ação absoluta, estranha à toda argumentação: o que ele fez é tomar-precauções-porque-havia-perigo, e é isto que *com certeza* liga a (a2). O papel de *com certeza* em (a) poderia ser associado ao do verbo *explica* em:

a prudência de Paul explica que ele tenha tomado precauções por causa do perigo.

Dito de outro modo, *com certeza* liga (a2) a (a1): ele apresenta (a2) como uma “explicação” de (a1). Entretanto, como nós o anunciávamos, o liame “explicativo” estabelecido por *com certeza* é diferente daquele estabelecido por *então* entre *perigo* e *tomar precauções*. O emprego de *então* em (a) é da ordem da consecução: em termos clássicos, *havia perigo* tem um estatuto de causa; *Paul tomou precauções*, um estatuto de efeito. Por outro lado, o emprego de *com certeza* em (a) é mais da ordem da explicitação. Tomar precauções quando há perigo não é um “efeito” da

prudência: “é” prudência. Vamos dar conta disso graças à nossa oposição entre as argumentações externa e interna (daqui para a frente, AE e AI).

Certamente, ao marcar que *perigo* e *tomar precauções* têm uma argumentação externa normativa comum, a ocorrência de *então* em (a) põe uma certa sinonímia entre estas expressões. Mas se trata aí de uma sinonímia incompleta, pois se a família “perigo ET precaução” pertence efetivamente às AE de cada uma das expressões *perigo* e *tomar precauções*, ela não tem a mesma relação com cada uma dessas expressões.

Com efeito, no interior da AE de *havia perigo*, “perigo ET precaução” se opõe a “perigo NE NÃO-precaução”. Se alguém enunciasse somente *havia perigo*, “perigo ET precaução” seria evocado pela resposta afirmativa a um interlocutor perguntando:

E este perigo teve conseqüências sobre o comportamento de Paul?

E é “perigo NE NÃO-precaução” que evocaria a resposta negativa (que seria análoga a *havia perigo*; *no entanto, ele não tomou precauções*). Por outro lado, no interior da AE de *Paul tomou precauções*, aquilo a que se opõe “perigo ET precaução” é a “NÃO-perigo NE precaução”.³ Se alguém enunciasse somente *Paul tomou precauções*, “perigo ET precaução” seria evocado pela resposta afirmativa a um interlocutor que tivesse perguntado:

E era normal que Paul tomasse precauções?

Quanto à resposta negativa, ela seria análoga a *não havia perigo*; *no entanto, Paul tomou precauções*, e evocaria, então, um outro aspecto, a saber, “NÃO-perigo NE precaução”.

Assim, se o *então* de (a) marca que *perigo* e *tomar precauções* são ambos associados a “perigo ET precaução”, este aspecto normativo não é associado da mesma maneira a cada uma dessas expressões e a ocorrência de *então* em (a) só põe uma sinonímia fraca entre *perigo* e *tomar precauções*.

Não é a mesma coisa no caso da ocorrência de *com certeza* em (a). Ele liga, nós o dissemos, (a2) *Paul é prudente* e (a1) *havia perigo*; *então Paul tomou precauções*. Esta relação se faz através de um discurso como: *a prudência está no caráter de Paul e ele se comportou na ocasião de maneira conforme ao seu caráter*

A ocorrência de *com certeza* em (a) marca, assim, que tomar precauções por causa de perigo é o comportamento de alguém prudente. *Com certeza* apresenta (a1) como uma explicitação de (a2). Sua relação se inscreve muito mais na ordem da sinonímia que aquela suposta

precedentemente entre *perigo* e *tomar precauções*. Entre *ser prudente* e *tomar precauções por causa de perigo* não há relação de causa e efeito. Não é pelas suas AE que (a2) e (a1) estão ligados. Tomar precauções quando há perigo é uma maneira de ser prudente: segundo o *com certeza* de (a), (a1) pertence à AI de *prudente*.⁴

Resumindo, o discurso (a) contém o discurso (a1):

(a1) *havia perigo; então Paul tomou precauções*

a ocorrência de *com certeza* em (a) colocando ainda (A):

(A) (a1) deriva da AI de *prudente*.

Paralelamente, o discurso (b) contém o discurso (b1):

(b1) *havia perigo; então, Paul o fez*

e a ocorrência de *com certeza* em (b) coloca, ainda, o discurso (b1):

(B)(b1) pertence à AI de *destemido*

Uma diferença – e ela será fundamental para a seqüência – entretanto, aparece: (a1) é lingüisticamente doxal; (b1), por outro lado, é lingüisticamente paradoxal.

Analisemos agora (a') – as análises de (b'), (a'') e (b'') serão paralelas. Como (a), o discurso (a'):

(a') *havia perigo; no entanto Paul, apesar do seu caráter prudente, não tomou precauções*

contém dois marcadores, *no entanto* e *apesar de*, que, se são aproximados, não têm, entretanto, aqui, exatamente o mesmo papel. O *no entanto* de (a') é a contraparte opositiva do *então* consecutivo de (a). Como o *no entanto* de (a'1):

(a'1) *havia perigo; no entanto, Paul não tomou precauções*

ele marca que as expressões *perigo* e *não tomar precauções*, sobre as quais incide, têm uma AE “transgressiva” comum. Tal não é, por outro lado, a função do *apesar de* de (a'). Ligando o qualificativo *prudente* e (a'1) através de um discurso como:

A prudência está no caráter de Paul; no entanto, ele não se comportou na ocasião de maneira conforme ao seu caráter

o *apesar de* de (a') assinala que não tomar precauções ainda que tenha havido perigo é o contrário de um comportamento prudente. Ele é a contraparte opositiva do *com certeza* explicitativo de (a): ele marca que (a'1) é negação de um dos encadeamentos da AI de *prudente* e realiza, assim, um tipo de anti-explicitação. Resumamos esta análise de (a'). O discurso (a') contém o discurso (a'1):

(a'1) *havia perigo; no entanto, Paul não tomou precauções*

e a ocorrência de *apesar de* em (a') coloca ainda (A')

(A') (a'1) é uma negação de um dos encadeamentos da AI de *prudente*.

Da mesma forma, o discurso (b') contém (b'1):

(b'1) *havia perigo; no entanto, Paul não o fez*

e a ocorrência de *apesar de* em (b') coloca ainda (B')

(B') (b'1) é uma negação de um dos encadeamentos da AI de *destemido*.

Compreende-se, então, por que (a) e (b) podem ambos se transformar em (a') e (b'). Com efeito, (a'1) é a conversa de (a1). Ora, a conversa de um encadeamento, seja ele doxal ou paradoxal, é uma negação dele. Então, (a'1) é uma negação de (a1), que, segundo (A), pertence à AI de *prudente*: (a'1) é, assim, negação de um dos encadeamentos da AI de *prudente*. Da mesma forma, (b'1) é negação de um dos encadeamentos de *destemido*. De (A) e (B), se pode respectivamente concluir (A') e (B'): (a) e (b) se transformam em (a') e (b').

Compreende-se, também, por que (b) pode se transformar em (b''):

(b'') *havia muito perigo; então Paul, apesar do seu caráter destemido, não o fez.*

Com efeito, (b'') contém o discurso (b''1):

(b''1) *havia muito perigo; então Paul não o fez*

e o *apesar de* de (b'') coloca ainda (B'')

(B'') (b''1) é uma negação de um dos encadeamentos da AI de *destemido*.

Certamente, (b''1) é a “oposta”, e não a conversa de (b1).⁵ Mas (b1) sendo um paradoxal em ET, (b''1) é uma negação possível de (b1) e (b1) derivando da AI de *destemido*, (b''1) é, então, negação de um dos encadeamentos da AI de *destemido*. De (B) pode-se concluir por (B''): (b) se transforma em (b'').

Compreende-se, enfim, por que (a) não se transforma em (a''). Notar-se-á, primeiro, que a derivação explicando a passagem de (b) a (b'') não se aplica ao par (a)-*(a''):

*(a'') *havia muito perigo; então Paul, apesar do seu caráter prudente, não tomou precauções*

Com efeito, o *apesar de* de (a'') coloca que:

(A'') (a''1) *havia muito perigo; então, Paul não tomou precauções*
é uma negação de um dos encadeamentos da AI de *prudente*⁶

(a''1) é a oposta de (a1) que, segundo (A), deriva da AI de *prudente*. Mas (a1) sendo doxal, sua oposta (a''1) não é sua negação. De outra parte,

não somente nosso cálculo não prevê a transformação de (a) em (a''), mas ele prevê a impossibilidade de (a''). (a'') contém, com efeito, segundo a nossa análise, a afirmação (A''), afirmação metalingüística do enunciado sobre a sua própria estrutura. Ora, esta afirmação (A'') é falsa:⁷ o único encadeamento do qual (a''1) é negação é *havia muito perigo; no entanto, Paul tomou precauções*, e este encadeamento não deriva da AI de *prudente*.

Nossa explicação dos encadeamentos complexos, como já a das frases interrogativas, repousa, lembremos, em um conceito de negação paradoxical, afetando somente os paradoxais em ET. Este conceito está ligado, por sua vez, à hipótese de que uma certa forma de paradoxo pode se definir em termos puramente lingüísticos. À medida que os fenômenos tratados aqui não foram explicados de outra maneira, pode-se ver aí uma confirmação provisória desta hipótese.

Conclusão

Outros fenômenos além da negação levam a dar um estatuto específico às expressões aqui definidas como “paradoxais”.⁸ Lembraremos somente um ponto essencial (talvez original, e certamente contestável) do caminho que percorremos. Na nossa definição, puramente lingüística, do paradoxo, não recorremos à noção de crença comum. Este recurso teria consistido em definir o paradoxo como injúria feita ao senso comum – e então ele não concerniria ao lingüista enquanto tal – ou como violação de limitações lingüísticas que exprimem o senso comum – e o lingüista deveria se apoiar, então, em conhecimentos sociológicos prévios. De fato, o “paradoxo” do qual falamos não contradiz a língua, mas lhe é interior. Mostram-no a existência de palavras paradoxais e as propriedades específicas da negação dos paradoxais. Este “paradoxo” constitui, para nós, uma das formas da transgressão (no sentido ordinário deste termo, e não em nosso sentido técnico) inscritas na própria língua. Uma outra seria, nós o assinalamos, o palavrão. Uma outra, ainda, este “transgressivo” (em nosso sentido técnico, desta vez, em que se trata dos encadeamentos em NE) que consideramos como um dos dois modos fundamentais do encadeamento argumentativo. Uma sugestão, para terminar. Recusarmos nos “apoiar” em uma sociologia pré-existente não é recusar que a lingüística seja posta em relação com o social. É exigir que os fatos de língua sejam, “em primeiro lugar”, estudados em si mesmos. “Em seguida”, poder-se-á questionar segundo quais modalidades eles exprimem a realidade social. O que se poderia

fazer, por exemplo, procurando as relações, complexas e indiretas, entre o “paradoxo” aqui definido e as “crenças comuns”.

Tradução: Sheila Elias de Oliveira

Notas

¹ O caráter conservador da negação habitual é sublinhado nos tratamentos lingüísticos da pressuposição, assim como na “Semântica dos quadros” (cf. Fillmore:1985).

² Falamos aqui dos “empregos” desses conectivos em (a) e (b), e não das palavras da língua que eles realizam. Nossa proposta não é uma descrição geral de *então* e *com certeza*.

³ No sentido estrito dado aqui à noção de bloco, “A ET B” e “NÃO-A NE B” não derivam do mesmo bloco, mas uma noção mais larga de “bloco”, apresentada, por exemplo, em Carel (1994), permite associá-los fundando-se no tipo de interdependência semântica que eles instituem entre os seus constituintes. Tudo que pedimos para admitir, no presente artigo, é que eles são aproximados; mais, em todo caso, que “A ET B” e “A NE B”.

⁴ Se o liame que *com certeza* estabelece deriva, acabamos de ver, da ordem da sinonímia, ele não é, apesar disso, simétrico. Tomar precauções por causa de perigo é só uma das facetas da prudência: ser prudente é também, por exemplo, não fazer o que é perigoso. *Com certeza* não atribui, então, a mesma função à (a1) e (a2): é (a1) que explicita (a2), e é, então, (a1) que pertence à AI de (a2), não o inverso. Como *então*, *com certeza*, é, assim, dissimétrico, mas por razões diferentes.

⁵ b”1) comporta, para dizer a verdade, um *muito* que não aparece em (b1). Falando estritamente, (b”1) é, então, a oposta, não de (b1), mas de *havia ‘muito’ perigo, então Pierre ofez*. Entretanto, este último encadeamento pertence aos mesmos aspectos argumentativos que (b1) e tem, então, no nível de análise em que nos colocamos, as mesmas propriedades que (b1). É porque, para simplificar, dizemos aqui que (b”1) é a oposta de (b1).

⁶ Se distinguirá (A”) da afirmação recíproca (A”) “um dos encadeamentos da AI de *prudente* é a negação de (a”1)”. Como a explicitação marcada por *com certeza* (cf. nota 4), a anti-explicitação marcada por *apesar de* não é simétrica.

⁷ Dizer que (A”) é falso não é dizer que (A”) – cf. nota 6 – é falso. Para nós, (A”) é verdadeiro, pois (e) é *perigoso*; *então ele toma precauções*, interno a *prudente*, é negação (paradoxica) de (a”1). Assim, a relação de negação, se se levam em conta os paradoxais, não é simétrica: (e) é negação de (a”1), mas (a”1) não é negação de (e).

⁸ Por exemplo, a gradualidade. Seja uma palavra doxal em ET como *severo*. Sua AI comporta o aspecto “erro ET punição”. “Intuitivamente”, aliás, sabe-se que para insistir sobre a severidade de alguém, pode-se assinalar a leveza dos erros que esta pessoa pune: quanto menos grave é o erro punido, maior é a severidade. É o inverso com os paradoxais em ET. Para mostrar quanto alguém é destemido (“perigo ET feito”), se fará ver a importância dos perigos que ele, por prazer, afrontou: quanto mais grave o perigo afrontado, mais se impõe a qualificação de destemido.

Referências Bibliográficas

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L’Argumentation dans la langue*. Mardaga, 1983.

- BRUXELLES, Sylvie; DUCROT, Oswald; RACCAH, Pierre-Yves.
Argumentation and the lexical topical fields. **Journal of Pragmatics**.
Vol. 24, 1995, p.99-114.
- CAREL, Marion. Argumenter n'est pas justifier. **Langage et Société**.
1994, n.70, p. 61-81.
- _____. Prédication et argumentation. **Actes du colloque d'Uppsala
de juin 1996** (no prelo).
- DUCROT, Oswald. **Les Échelles argumentatives**. Paris: Éditions de
Minuit (a partir do texto original de O. Ducrot, **La preuve et le dire**,
Mame, 1973), 1980.
- _____. Topoi et sens. **Actes du 9ème colloque d'Albi**. Université
de Toulouse-Le Mirail, 1989, p. 1-22.
- _____. Les Modificateurs déréalisants. **Journal of Pragmatics**.
Vol. 24, 1995, p. 145-165.
- DUCROT et al. *Justement*, inverseur argumentaif. **Lexique**. 1982, p.151-
164.
- FILLMORE, Charles J. Frames and the semantics of understanding.
Quaderni di semantica. Vol. 6, 1985, p. 222-254.
- KIDA, Kohei. **Une sémantique non-véritative des énoncés
conditionnels**. Tese (Doutorado de E.H.E.S.S.), Paris, 1998.